|  |  |
| --- | --- |
|  | **Ministério de Minas e EnergiaConsultoria Jurídica** |

**PORTARIA No 344, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.**

**O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1o, inciso VI, da Portaria MME no 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4o do Decreto no 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 5o da Portaria MME no 245, de 27 de junho de 2017, e o que consta do Processo no 48340.004487/2017-21, resolve:

Art. 1o Aprovar como prioritário, na forma do art. 2o, § 1o, inciso III, do Decreto no 8.874, de 11 de outubro de 2016, o Projeto de Investimento em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica, de titularidade da empresa Elektro Redes S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o no 02.328.280/0001-97, para os fins do art. 2o da Lei no 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2o A Elektro Redes S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da Concessionária atualizada junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei no 12.431, de 2011, no Decreto no 8.874, de 2016, na Portaria MME no 245, de 27 de junho de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2o, § 5o, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3o A ANEEL deverá informar à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia os valores anuais dos investimentos realizados para o Projeto de Investimento aprovado, até três meses após a Revisão Tarifária Periódica da Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica titular do Projeto aprovado, nos termos do art. 6o da Portaria MME no 245, de 2017.

Art. 4o Alterações de titularidade do Projeto aprovado nos termos desta Portaria não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação para os fins do art. 2o da Lei no 12.431, de 2011.

Art. 5o O descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicará na automática revogação da aprovação do Projeto como prioritário.

Art. 6o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 17.11.2017 - Seção 1.

**ANEXO**

|  |
| --- |
| CONCESSIONÁRIA |
| Razão Social | CNPJ |
| Elektro Redes S.A. | 02.328.280/0001-97. |
| Contrato de Concessão |
| no 187/1998-ANEEL, de 27 de agosto de 1998. |

|  |
| --- |
| RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA CONCESSIONÁRIA (Cia. Fechada) |
| Razão Social ou Nome de Pessoa Física | CNPJ ou CPF | Participação (%) |
| Não se aplica. | Não se aplica. | Não se aplica. |

|  |
| --- |
| PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA CONCESSIONÁRIA (Cia. Aberta) |
| Razão Social | CNPJ |
| Elektro Holding S.A. | 15.295.139/0001-87. |

|  |
| --- |
| PROJETO |
| Descrição |
| Expansão, Renovação ou Melhoria da Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica, não incluídos os investimentos em obras do Programa “LUZ PARA TODOS” ou com Participação Financeira de Terceiros, constantes do Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD de referência, apresentado à ANEEL no Ano Base (A) de 2017. |
| Investimentos |
| Ano de Referência | Valor Anual (R$) | Situação |
| 2017. | 219.390.000,00. | Planejado. |
| 2018. | 255.124.000,00. | Planejado. |
| Localização [UF(s)] |
| Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. |